

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.504.365 - DF (2019/0138930-7)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : **COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA TERRACAP**
ADVOGADOS : **THAIS DE ANDRADE MOREIRA RODRIGUES - DF016338**
 PAULO MARCELO ALVES COELHO - DF060539
AGRAVADO : **CELIO AUGUSTO JARDIM DO AMARAL MELLO**
ADVOGADO : **CAMILO SPINDOLA SILVA - DF016070**
ADVOGADOS : **ANDREA DANTAS PINA - DF031948**
 BEATRIZ ALVES PROCACI ERVILHA - DF054787

DESPACHO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão que recebeu a seguinte ementa (e-STJ fl. 254):

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO ADMINISTRATIVO E CIVIL. TERRACAP. ESCRITURA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. RESCISÃO DE CONTRATO. INICIATIVA DO COMPRADOR. POSSIBILIDADE. RETENÇÃO DAS ARRAS E RESTITUIÇÃO DOS DEMAIS VALORES PAGOS PELO ADQUIRENTE. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. ÍNDICE. SENTENÇA MANTIDA.

1. Sem prejuízo da responsabilidade do desistente, o direito à rescisão do contrato de compra e venda é cristalino, vez que contido no art. 79, inc. III, da Lei nº 8.666/93, a qual juntamente ao Código Civil – este de maneira subsidiária –, tem aplicação na alienação do imóvel em procedimento licitatório. Precedentes.

2. De acordo com o entendimento no eg. Superior Tribunal de Justiça, na ausência de mora do vendedor, não se aplica a regra de contagem dos juros a partir da citação para os casos de responsabilidade contratual, nos termos do art. 405 do Código Civil, de modo que, então, o termo inicial dos juros moratórios deve ser o trânsito em julgado da decisão.

3. Correção monetária somente recompõe o valor monetário da dívida. Logo, deve ser computada desde o desembolso e observar o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) porque é o índice que melhor reflete a perda econômica do valor da moeda.

4. Apelação conhecida e provida.

Superior Tribunal de Justiça

A ação originária diz respeito a pedido de rescisão de contrato de compra e venda decorrente de processo de licitação.

Assim, tratando-se a matéria de fundo da causa relativa a Direito Administrativo, sua apreciação e julgamento competem à Primeira Seção desta Corte Superior, nos termos do art. 9º, § 1º, I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Em face do exposto, determino a redistribuição do feito a uma das Turmas que compõem a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora